

# DO NATURAL AO PERVERSO: UMA ANÁLISE DO ADULTÉRIO NO CONTO “DILIGÊNCIA”, DE BRENO ACCIOLY

Hellen Cavalcante Gomes<sup>1</sup>

**RESUMO:** As tramas e os romances do século XIX trouxeram como característica central um tema quase inédito no campo literário até então: o adultério. Uma característica ainda mais particular das escritas de adultério desse período é o fato de se tratar da traição da esposa, com sua consequente punição. Dessa maneira, o presente trabalho analisou as diferentes formas como o adultério foi abordado no conto “Diligência”, da coletânea Isabela, do escritor alagoano Breno Accioly, a fim de refletir sobre como o ato passa de natural a perverso, a depender do gênero do personagem que o comete. Para a obtenção dos resultados, o estudo foi desenvolvido a partir de uma fundamentação teórica de cunho bibliográfico, com base em autores que produzem acerca do gênero e da relação entre literatura e história, como Eric Hobsbawm e Júlio Pimentel Pinto, com o intuito de relacionar a pesquisa às obras analisadas. Após a análise, constatou-se que a literatura utilizada se revela uma fonte documental e histórica de grande relevância, pois evidencia valores políticos e sociais e expõe uma dupla conduta de comportamento de gênero, tanto nos espaços públicos quanto no privado, que ocorria, inegavelmente, fora da ficção. Nesse contexto, o fenômeno da infidelidade só adquire força suficiente para ameaçar a estabilidade do casamento quando cometido de forma perversa pela mulher. Esse padrão de comportamento desigual, imposto pela sociedade patriarcal, desemboca em estigmas de gênero que perpassam as produções literárias e se manifestam na vida social como um problema para as mulheres, tendo entre suas diversas consequências a violência de gênero e o feminicídio, que, embora enfrentados por meio de intensas lutas femininas, continuam presentes na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Adultério. Breno Accioly. Gênero. Literatura.

---

<sup>1</sup>Graduanda do 6º período do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8721-8075>

# FROM THE NATURAL TO THE PERVERSE: AN ANALYSIS OF ADULTERY IN THE SHORT STORY “DILIGÊNCIA”, BY BRENO ACCIOLY

**ABSTRACT:** The plots and novels of the 19th century brought as a central feature a theme that was almost unprecedented in the literary field until then: adultery. An even more particular characteristic of adultery writings from this period is the fact that they deal with the wife's infidelity, along with its consequent punishment. Thus, the present study analyzed the different ways in which adultery was addressed in the short story “Diligência”, from the collection *Isabela*, by the Alagoan writer Breno Accioly, in order to reflect on how the act shifts from natural to perverse, depending on the gender of the character who commits it. To obtain the results, the study was developed based on a bibliographical theoretical framework, drawing on authors who write about gender and the relationship between literature and history, such as Eric Hobsbawm and Júlio Pimentel Pinto, with the aim of relating the research to the analyzed works. After the analysis, it was found that the literature examined proves to be a documentary and historical source of great relevance, as it highlights political and social values and exposes a double standard of gender behavior, both in the public and private spheres, which undeniably occurred “outside fiction.” Furthermore, it was possible to reflect on how the phenomenon of infidelity only acquires sufficient force to threaten the stability of marriage when it is committed in a perverse manner by the woman. This unequal pattern of behavior, imposed by patriarchal society, results in gender stigmas that permeate literary productions and manifest in social life as a problem for women, with various consequences, including gender-based violence and femicide, which, although confronted through intense feminist struggles, remain present in contemporary society.

**Keywords:** Adultery. Breno Accioly. Gender. Literature.

## 1. INTRODUÇÃO

As tramas e os romances do século XIX trouxeram como característica central um tema quase inédito no campo literário até então: o adultério. A temática ganhou força, atingindo seu apogeu, e autores dos mais diversos lugares do mundo escreviam acerca de como uma instituição crucial da sociedade, o casamento patriarcal e monogâmico, é ameaçada pelo comportamento individualista e transgressor de uma ou mais pessoas (Tavares, 2011).

Uma característica ainda mais particular dos romances de adultério do século XIX é o fato de se tratar da traição da esposa, com sua consequente punição (Tavares, 2011 *apud* Monteiro, 2011, p. 1708). Seguindo esse modelo, podem ser mencionados clássicos como *Anna Karenina*, de Tolstói; *Madame Bovary*, de Flaubert; *O Amante de Lady Chatterley*, de D. H. Lawrence; *Dom Casmurro*, de Machado de Assis; *O Amor Conjugal*, de Alberto Moravia; e diversos outros (Tavares, 2011).

Estreitando as referências de pesquisa para o campo da literatura nacional, como mencionado por Tavares (2011), *Dom Casmurro*<sup>2</sup>, obra clássica da literatura brasileira, vai tratar do adultério, sem fugir da característica de enfoque nas consequências da traição feminina. Entretanto, Machado de Assis não foi o único a trabalhar com a temática, o escritor alagoano Breno Accioly também construiu inúmeras narrativas que traziam como tema central o adultério.

Breno Accioly nasceu em Santana do Ipanema, no interior de Alagoas, em 1921, logo em sua adolescência foi diagnosticado com esquizofrenia. Em 1966, a uma semana de celebrar 45 anos de idade, Breno Accioly morreu no Rio de Janeiro, para onde havia se mudado poucos anos antes, vindo do Recife, onde se formou em medicina. (Diegues, 2021, p. 2)

O espólio literário do autor reúne sete obras<sup>3</sup>, as quais apresentam, como característica predominante, a literatura gótica frequentemente atravessada pelos dilemas cotidianos de seus espaços de convivência e narrados de forma incômoda e violenta.

Em seu livro *Isabela*<sup>4</sup>, Accioly traz 13 contos que tratam acerca da “fuga” do casamento, tanto por parte do marido quanto por parte da esposa. Todavia, o que

---

<sup>2</sup> ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

<sup>3</sup> João Urso (1944); Cogumelos (1949); Maria Pudim (1955); Dunas (1955); Os Cata-ventos (1962); Isabela (2021); Pedras (2021).

<sup>4</sup> ACCIOLY, Breno. **Isabela**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2023.

determina como o adultério será tratado na história é unicamente o gênero do personagem que o pratica. O conto “Diligência” evidencia ainda mais essa dualidade, pois trabalha a perspectiva de naturalidade e perversão da infidelidade em uma única narrativa. Sendo assim, abre-se a possibilidade de analisar como os papéis de gêneros preestabelecidos pelo patriarcado movem-se para “dentro de casa” e alcançam as relações matrimoniais, instituindo uma conduta determinada para o homem no papel de marido e para a mulher no papel de esposa.

Dessa maneira, o presente trabalho analisou as diferentes formas de como o adultério foi abordado no conto mencionado, a fim de refletir sobre como a transição moral da prática está intimamente ligada ao gênero. Para obtenção dos resultados, o estudo analítico foi desenvolvido a partir de uma fundamentação teórica de cunho bibliográfico de autores que produzem acerca do gênero e da relação entre literatura e história, como Eric Hobsbawm e Júlio Pimentel Pinto, com o intuito de relacionar a pesquisa às obras analisada.

O artigo divide-se em três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão. A introdução apresenta uma breve contextualização acerca do adultério na literatura, além de expor o objetivo, a metodologia e a estrutura do trabalho. O desenvolvimento tem início com o referencial teórico e propõe uma reflexão, a partir de clássicos nacionais e internacionais, sobre a infidelidade feminina na literatura, a fim de apontar diferenças e semelhanças em relação ao conto; em seguida, apresenta-se a análise do adultério em “Diligência”; posteriormente, traça-se um panorama de como, na vida real, o adultério se relaciona com o feminicídio, a partir do caso midiático de Ângela Diniz; por fim, aborda-se a luta feminista que busca amenizar o legado de impunidade associado à violência de gênero até a contemporaneidade. A conclusão, por sua vez, procura sintetizar as discussões desenvolvidas ao longo do artigo.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 As mulheres que traem na literatura**

Protagonizando diversas narrativas, o tema da traição e seus desdobramentos sempre foram objeto de representação literária, justamente por estarem presentes na vida humana, gerando conflitos interpessoais e desafiando regras morais e sociais (Landri; Gomes, 2022).

Nota-se também que há um recorrente comprometimento, sustentado por uma ideologia moralista e patriarcal, ao abordar o adultério feminino na literatura, em pôr a

mulher que trai na posição de vilã, perversa e sem remorso. Não sendo particular da literatura acciolyana, o enviesamento da narração que põe Januária como uma adúltera pode ser identificado também na obra clássica nacional *Dom Casmurro*, quando somos apresentados à figura de Capitu, mulher do protagonista, descrita como uma menina de aparência encantadora e pura. Após Bentinho suspeitar que está sendo traído, há uma mudança de perspectiva acerca de quem é Capitu, os adjetivos de beleza que antes serviam para transmitir pureza voltam-se contra ela e se ressignificam em perversidade. Souza (2015), ao escrever sobre os emblemas que cercam a narração de *Dom Casmurro*, destaca que ao escrever um texto de acusação a Capitu, se constrói a personagem dela de menina à mulher, de modo a provar que a segunda sempre esteve dentro da primeira, para justificar sua malícia, sua alma dissimulada e traidora.

Na literatura internacional, o problema persiste. Em uma análise acerca do adultério na obra *Madame Bovary*<sup>5</sup>, Landri e Gomes (2022) discutem como, semelhante ao que acontece em “Diligência” e *Dom Casmurro*, ainda que o marido não acabe com a vida da esposa nem se vingue de seus amantes, a responsabilidade pela desgraça da família recai sobre a mulher que trai, reforçando, por outras vias, o caráter perverso da mulher adúltera.

Trazendo as referências de pesquisa para o contexto de literatura portuguesa, que teve forte influência no cenário brasileiro de escrita, Oliveira e Lopes (2016), ao investigar o adultério cometido por Luísa na obra *O Primo Basílio*<sup>6</sup>, do escritor Eça de Queiroz, afirmam que

A personagem, no contexto de traição, apenas poderia assumir dois papéis: a de pecadora ou a de criminosa - ou ambos, simultaneamente. O julgamento advindo de um viés religioso e jurídico é o retrato de como pensava a sociedade acerca de como “se deve ser”, e mesmo Luísa, apesar de evadir-se dos padrões que se esperava para uma mulher de sua época, sente-se profundamente culpada. (Oliveira; Lopes, 2016, p. 16)

Dentro de uma sociedade estruturada pelos valores moralistas patriarcais, a culpa sentida pela personagem é previamente articulada, pois é comum que o sistema utilize de aparatos ideológicos para manter sua hegemonia. Em sua obra *A dominação masculina*, Bourdieu (1999) discute como o patriarcado se caracteriza e se conserva, principalmente, pela violência simbólica, por um mecanismo invisível que naturaliza a dominação masculina em função da opressão feminina, levando à internalização das desigualdades de gênero pelos próprios indivíduos, garantindo sua reprodução e perpetuação no meio social. Dessa

<sup>5</sup> FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

<sup>6</sup> QUEIRÓS, Eça de. **O primo Basílio**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

maneira, a culpa que mobiliza Luísa se apresenta como um mecanismo dogmático do sistema, responsável por moldar o pensamento do indivíduo, que, mesmo não seguindo o padrão desejado, não poderá optar por outro sem um autojulgamento exacerbado e destrutivo.

Entretanto, o autojulgamento está longe de ser a única consequência reservada para a mulher infiel. Expandindo o pensamento do autor, quando a violência simbólica não é suficiente para colocar a mulher “em seu devido lugar”, seu uso passa para o campo material de forma naturalizada e “legítima”, afinal, entende-se que alguns limites só podem ser ultrapassados pelos homens. A respeito do final destinado a Luísa, Oliveira e Lopes (2016) comentam:

A ficção literária não cria outra saída para esta situação a não ser a morte de Luísa. O adultério feminino é tratado como devaneio, uma doença; algo tão repugnante que engendraria na morte. Ainda que Luísa vivesse e Jorge a perdoasse, como sugere o romance, Jorge não poderia agir assim diante do julgamento que enfrentaria da sociedade. (Oliveira; Lopes, 2016, p. 17)

O mesmo pode ser observado na obra *Anna Karenina*<sup>7</sup>, do escritor russo Liev Tolstói, em que a personagem Anna, que manteve um envolvimento extraconjugal no decorrer da trama, tem um fim dramático e angustiante, após se jogar na linha de trem. A decisão é movida por um grande desequilíbrio e pressão emocional, visto não suportar o julgamento social, o isolamento e a rejeição consequentes da decisão de manter um relacionamento com Vronsk, seu amante.

De acordo com Pinto (2024), ainda que a ficção tenha dever apenas com a imaginação, não se comprometendo necessariamente com a verdade, ela ainda funciona por mediações históricas e contextuais, possibilitando identificar padrões comportamentais da época de sua escrita. Dessa maneira, a literatura, como espelho de uma determinada conjuntura, deduz como o único final justo a morte de quem trai - quando se trata de mulheres. Independentemente de por quais mãos forem, “se é pelo bem de todos e pela felicidade geral da nação”<sup>8</sup>, a mulher precisa morrer

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 O adultério na obra

---

<sup>7</sup>TOLSTÓI, Liev. *Anna Kariênina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

<sup>8</sup> A frase foi proferida por Dom Pedro I, em 1822, e faz referência ao “dia do fico”.

Quando o pai descobre o estupro da mulher, que é justificado pelos filhos como sexo consensual, o senhor pede a anulação do casamento. O conto “Diligência” é exposto em primeira pessoa pelo mais novo de três irmãos e oscila entre o passado, quando revela episódios de violência física e sexual perpetrados pelo trio contra o pai e a madrasta durante o período em que residiam juntos no Nordeste, e o presente, trazendo detalhes da dinâmica matrimonial dos irmãos com suas respectivas esposas na cidade do Rio de Janeiro. Em resumo, a narrativa expõe como os três irmãos estupraram a madrasta, Januária, e como isso ocasionou o término do casamento de seu pai e, posteriormente, o suicídio do personagem. Entretanto, o trio segue a vida com suas respectivas esposas sem nenhum remorso, visto que justifica o ato como consensual. No conto, Accioly aborda o adultério de duas maneiras distintas: a natural, quando cometido pelo narrador e seus irmãos, e a perversa, quando se refere aos supostos amantes de Januária, esposa do pai.

O adultério, quando posto como natural, revela ao leitor um instinto quase que animalesco do homem que não consegue controlar os desejos sexuais. Essa ideia pode ser percebida tanto pelas falas explícitas do narrador quanto de forma implícita, pelos termos empregados por ele quando se fala nos episódios de relação extraconjugal:

Amaldiçoaram as ruas do amor. Prostitutas que nos davam a gostosa carne, aquelas mulheres a quem nós pagávamos depois de saciados, agora, estão vestidas de maneira padronizada da prisão cruel. A burrice de quem engendrou esse caos provoca em nós, homens conscientes de seus deveres sexuais, uma reação que desrespeita, avacalha autoridades mesquinhas. (Accioly, 2023, p. 167)

Ao ser demitido, o atual chefe de polícia mais uma vez as “mariposas” de lábios luxuriantes serão domadas por nós que amamos de tarde enganado as nossas mulheres que acreditavam estivessemos bebericando, mastigando amendoim entre as doses de uísque forte. (...) mas o que bebemos são elas, elas que a nós tudo dão, mais do que as nossas mulheres que querem apenas ter filhos, esperam inchadas, muito tímidas as dores costumeiras. (Accioly, 2023, p. 167)

(...) noite de hoje, noite de Rio de Janeiro, noite que deixou recordar a insuficiência do atual chefe de polícia, filho de um usineiro amigo de meu pai, transformado em general que não vai com nenhuma mulher livre, prostituta de rua conhecida por mim. E por meus dois irmãos, três homens que adoram mulher livre e vadia. (Accioly, 2023, p. 176)

O uso do termo “saciado” e da expressão “deveres sexuais” revela, de forma implícita, todo um pressuposto de uma natureza masculina selvagem e incontrolável. Ainda implicitamente, o uso de “gostosas carnes”, para se referir ao corpo da mulher, e a fala

sobre a necessidade de ser “domada” servem para reforçar o caráter animalesco da relação.

Ademais, o emprego de “mulher livre” associada à promiscuidade, quando somada à generalização feita pelo narrador no fragmento da página 167, nos encaminha para um papel que está preestabelecido para uma boa esposa no padrão normativo da época: o de gerar. Ao direcionar o foco para sua mulher, Kátia, o personagem explana mais um valor esperado da mulher como esposa: a fidelidade.

Depois disse pra minha mulher quase baixinha, pouco acima de um metro e cinquenta: Se você caísse na asneira de querer me enganar, aceitar o que eu levemente lhe propusera, o advogado escancarando a porta do nosso quarto investiria contra você com um flagrante impiedoso. Mas como Kátia não me enganou na noite desse dia também quentíssimo, fomos nos juntar aos que dançavam e uma felicidade jorrou nuns instantes pelos olhos de Kátia, pois Kátia chorando e dançando quando podia nos dar não odiava os seus beijos. E beijando-me a boca também me beijava a testa, recurvada planície que começava a suar. meus dois irmãos também disseram às suas mulheres que elas mereciam os seus carinhos após armarem ciladas diferentes da minha . E elas chorarem tanto quanto Katia. (Accioly, 2023, p. 171)

No fragmento, o narrador relata acerca dos testes feitos por ele e seus irmãos para assegurar a fidelidade de suas respectivas esposas, e o desespero de Kátia é o fator responsável por confirmar a lealdade da mulher. Entretanto, a angústia dela pela acusação de traição não é suficiente para provar o seu amor pelo marido; compete a ela também, em seu papel de companheira fiel, compreender, assim como ele, o estupro de Januária, madrasta dos irmãos, não só como culpa dela, mas também como uma ação inevitável dos irmãos, movida pelo desejo animal e incontrolável, entendido como natural de um homem: ”- Então, velho imbecil, você queria que seus próprios filhos lhe chifrassem a testa? o meu marido é equilibrado e eu sou muito mulher pra ele gostar de mim.” (Accioly, 2023, p. 173); “A verdade é que Januária quer dar pra gente. E começamos a dizer-lhe o que nos lembrávamos, como Januária a nós se oferecia.” (Accioly, 2023, p. 173);

Atualmente eu me embeijo por mulheres livres, chego a amá-las ainda mais que Kátia, ruiva nascida no Brasil que só quer parir, ficar do berço, trocando fraldas, botando os peitos pra fora pra o meu filho, que há dias nasceu. (Accioly, 2023, p. 168)

O pai que nós tivemos nunca prestou. Já éramos adultos, nos víamos, não queríamos atraí-lo, meter-lhe chifres à testa como se ele fosse um deficiente. Prevenimo-lo: Januária nos excitava, olhar meloso, suspiros infintos e muito infiel com ele. (Accioly, 2023, p. 172)

A fala de Kátia acerca de “ser muito mulher” para o marido gostar dela, significa ser tão fiel a ponto de ser conivente, de andar conforme as expectativas não apenas do marido, mas de uma sociedade patriarcal que a empurra incessantemente para o lugar que ela fielmente ocupa, e ocupa sem questionar, visto que ir de encontro a isso, implicava em não servir pra ele. A consequência pela liberdade da mulher é nunca servir para ocupar o papel de esposa, como revela o exposto na página 168.

Ao falar sobre o estupro de sua madrasta por ele e seus irmãos, o autor fala também sobre o adultério de forma perversa, colocando a culpa do ato na mulher e alegando a vida promíscua levada pela “Januária de diversos amantes”. Januária que se oferecia, que se sexualizava, que pediu e que mereceu.

e comete suicídio, tomando veneno para gatos. Após o filho e sua esposa tomarem ciência da notícia, uma série de zombarias é feita para com o homem e sua ex-mulher. O narrador afirma, por meio de uma metáfora, que a “gata” que o pai deveria ter matado era a Januária, por possuir diversos amantes, mas reitera que o pai nunca foi homem para isso. Sua mulher ri e concorda com o marido: “O caçador que ele queria ser era de Januária, da gata Januária de incontestáveis amantes, mas ele, meu pai, não teve coragem pra isso.” (Accioly, 2023, p. 174).

Ao enquadrar a madrasta como adúltera, o enteado garante que ela nunca ocupe um papel de vítima ou seja digna de compreensão. Januária sempre é posta como a culpada: do estupro, do suicídio do pai e, caso o pai fosse “homem o suficiente”, da sua morte. Não sendo particular do conto “Diligência”, ainda na coletânea *Isabela*, Accioly nos apresenta contos como “Puquéria morreu” e “Porfírio guardador de automóveis”, nos quais há, de fato, o assassinato e a morte de mulheres que possuem amantes, entretanto, isso é naturalizado por elas serem infiéis aos maridos - que também as atraíam.

Dessa maneira, é possível atestar também como a conduta esperada pela esposa traída se difere da que se espera do marido traído. Enquanto se impõe à mulher, compreensão e conivência porque trair “é coisa de homem”. O esposo enganado tem o direito - e quase o dever -, de acabar, literalmente, com a vida da mulher - e ela ainda carregará a culpa, afinal, matar também “é coisa de homem”.

### 3.2 O adultério e o feminicídio

Longe de estar apenas nos romances literários, a morte das mulheres acusadas de adultério é uma realidade no Brasil há muito tempo. Os casos que estampam as páginas dos jornais denunciam um cenário de forte violência que atravessa a contemporaneidade e se apresenta como uma frenética ameaça na vida cotidiana.

Em 1976, a mineira Ângela Diniz, sempre envolta do prestígio social da classe alta da sociedade, foi morta pelo seu namorado com quatro tiros no rosto. A forma na qual o crime foi cometido denuncia uma misoginia violenta e letal; entretanto, a maneira como a notícia foi divulgada pela grande mídia, juntamente com a sentença recebida pelo assassino em seu julgamento, revela que a misoginia não é particular do ex-companheiro de Ângela, mas envolve todas as estruturas de formação do Brasil da época de 1976, transpassando a esfera social, midiática e institucional.

De acordo com Lemos, Castro e Duarte (2017) desde que emergiu a vida pública, Ângela sempre foi alvo de críticas e julgamentos morais, eram frequentes as especulações acerca de sua vida pessoal a fim de pôr ela no lugar de reclusão que é reservado para as mulheres. Os autores, ao falarem sobre a vida da vítima na cidade de Belo Horizonte, afirmam: “O primeiro tiro que começou a matá-la não veio da violência insana do play-boy paulista. Veio da tradicional família mineira quando teve seu primeiro filho” (Lemos; Castro; Duarte, 2017, p. 5).

O ódio não é direcionado individualmente ou de forma pessoal para Ângela, mas destinado a representação do feminino livre atribuída a ela, essa aversão geralmente resulta em morte, mas não termina nela. De acordo com Coelho (2011) o advogado do criminoso utilizou-se de uma estratégia que, posteriormente, viria a influenciar a sentença dada pelo juiz, de modo estratégico, antes de levar a versão de quem defendia para o júri, o advogado decidiu entregar a imprensa, e deixar o poder da divulgação em massa responsável por uma possível mudança de perspectiva, expondo Ângela ao julgamento popular imparcial que costuma naturalizar o machismo e a violência de gênero<sup>9</sup>.

Acerca do papel da mídia, De Melo (2025) destaca:

A mídia, ainda, é um instrumento responsável pela construção da opinião pública, passando por uma visão pessoal do jornalista, ou seja, deixando direta ou indiretamente, influir suas vivências e com objetivos próprios da mídia, demonstrando uma falsa realidade. (De Melo, 2025, p. 143)

---

<sup>9</sup> “Pode-se dizer que a violência de gênero contra a mulher é fundada numa suposta superioridade do homem sobre a mulher, fruto de um processo histórico, embasado em um sólido modelo de relações de subjugação.” (Falcon Caro, 2008, p. 28-29, *apud* Gonçalves, 2016, p. 14)

Tal qual ocorre na literatura, Pinto (2024) vai afirmar que a ficção não é um espelho neutro, e quando identificado narrador e personagem, é possível interpretar o escrito como um espaço em que o autor deixa um pouco de si, passando para a narrativa suas opiniões, visões de mundo, juízo de valor, e, algumas vezes, sua história.

Voltando ao assunto anteriormente tratado, Lemos, Castro e Duarte (2017) vão chamar atenção para o uso do termo “amante” em referência a Ângela nas notícias do crime, ainda que a vítima fosse desquitada e o namorado possuísse apenas o vínculo legal com a ex-esposa. A mineira passou a ser acusada de "manchar os bons costumes", "ter vida desregrada", ser "mulher de vida fácil" etc. Na verdade, era como se o assassino tivesse livrado a sociedade de um indivíduo que punha em risco a moral da "família brasileira" (Grossi, 1993).

A tese que deu uma sentença de impunidade para o assassino era conhecida como “legítima defesa da hora” sobre ela, Coelho (2011) explica:

A tese da legítima defesa da honra consistia em uma ideia herdada por uma lei portuguesa, em que o homem poderia matar a mulher em caso de uma descoberta de adultério, indicando que as emoções geradas por aquela descoberta seriam tão fortes que o marido poderia passar por um estado de psicose e insanidade momentânea. (Coelho, 2011, p. 17)

É oportuno, nesse momento, trazer como a legislação brasileira trazia sobre adultério a partir de 1950. O Código Penal vigente no período do assassinato de Ângela Diniz tinha entrado em vigor no ano de 1940 e decorreu até 2005. Sobre adultério, o texto informa:

**Art. 240** – Cometer adultério.

**Pena:** detenção, de quinze dias a seis meses. **§ 1º** – Incorre na mesma pena o co-réu. **§ 2º** – Não se procede senão mediante queixa do cônjuge ofendido, e, em caso algum, se este houver consentido ou perdoado. (Brasil, 1940, p. 45)

Embora a lei apresente bases neutras e punitivas independente do gênero, a discussão apresentada anteriormente acerca dos valores culturais de comportamento esperado pelo marido e pela esposa, nos direciona a pensá-la como mecanismo de controle e repressão da sexualidade feminina, como mais uma medida unilateral de julgamento moral que perpassa o social e alcança o legal por meio de uma estrutura que é organizada para manter sua identidade hegemônica sendo ela patriarcal e misógina.

### 3.3 A luta feminista

Durante muito tempo, pautas como violência e feminicídio dentro do casamento foram isentas da revolta coletiva e impunes da justiça legal, visto que, ao serem julgadas como “assunto de marido e mulher”<sup>10</sup>, ganham licença para acontecer livremente, sem que haja intervenção ou reflexão crítica acerca dos abusos que podem ser cometidos dentro de uma relação afetiva. A ideologia de uma relevância cultural dada à masculinidade do homem pregava que “o homem de verdade” precisa defender sua honra a todo custo, até mesmo quando ela custa a vida da esposa. Em caso de infidelidade, socialmente, ele não passa a ocupar o papel de assassino, mas de marido vingado. Tal qual a impunidade dada a Doca Street serviu como catalisador de crimes de mesma motivação, o destino de Ângela Diniz, Madame Bovary, Anna Karenina e Luísa serve de exemplo para as mulheres: você quer trair? é assim que acaba.

Priore (2024) ao escrever sobre a estratégia de utilização da honra masculina de forma legal para justificar seus crimes destaca:

Percebe-se justamente que a estratégia da defesa é apelar para o moralismo e para uma suposta conduta inadequada da vítima como esposa e mãe, tirando o foco da conduta do réu que deveria ser objeto de julgamento. Na reportagem da revista Veja da época, após transcrever o depoimento do réu e as estratégias da defesa, o jornalista concluiu que as mulheres, quando quiseram separar-se e escolher outros caminhos, foram fulminadas pelas balas que Minas ainda reserva às mulheres que violam seu código de honra conjugal. (Priore, 2019, p. 394)

Diferente da literatura escrita por homens, a realidade protagonizada por mulheres possibilitou, impulsionado pelos recorrentes casos de feminicídio que atingiam o país na década de 1980, a ascensão de um movimento feminista sob o *slogan* de “quem ama não mata” com o objetivo crítico de sensibilizar a população e tornar público o debate acerca da violência contra a mulher e contra a legítima defesa da honra. O grito de socorro entoado pelas mulheres gerou uma mobilização popular e conseguiu converter o crime para homicídio doloso, aumentando a pena do assassino e a esperança de uma mudança na realidade de opressão das mulheres.

De acordo com Medeiros (2011) a atuação do movimento nesse tempo culminou na formulação e proposição de políticas públicas com recorte de gênero que se traduziu na Constituição Federal de 1988 nos arts. 5.º e 226, §§ 5.º e 8.º, que estabeleceu a igualdade

<sup>10</sup> A expressão faz referência ao ditado popular “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

entre homens e mulheres, em direitos e obrigações e atribuiu ao Estado o dever de criar mecanismos para coibir a violência na esfera familiar e proteger cada um de seus membros. Neste sentido, a CF/88 tornou-se num marco jurídico-político da institucionalização dos direitos humanos e rompeu com a institucionalização do poder patriarcal no Brasil.

#### 4. CONCLUSÃO

A segunda metade do século XIX foi marcada por diversas transformações políticas. A Segunda Revolução Industrial serviu para fortalecer um tipo de política hegemônica burguesa que se apoia, dentre muitos valores, no puritanismo. O puritanismo burguês tinha como característica fundamental o estabelecimento de um duplo padrão de comportamento esperado do homem e da mulher.

Em *A era do capital: 1848-1875*, Eric Hobsbawm, ao falar sobre o puritanismo burguês do século XIX, vai dizer que o historiador tende a ser anacrônico ao associar essas diferentes condutas à hipocrisia, visto que esse duplo comportamento não era apenas preestabelecido com a ciência de ambas as partes, como também perfeitamente aceito por elas, principalmente nos países católicos.

As regras eram simples: castidade para mulheres solteiras e fidelidade para as casadas; a caça livre de todas as mulheres (exceto, talvez, filhas casadoiras das classes médias e altas) por todos os jovens burgueses solteiros; e uma infidelidade tolerada para os casados. (Hobsbawm, 2014, p. 347)

Dito isso, ao analisar as diferentes condutas impostas à esposa e ao marido na dinâmica familiar do casamento, não foi intenção do artigo enquadrá-las em um julgamento sem contextualização e baseado na ótica da contemporaneidade. Entretanto, é necessário refletir sobre como esse duplo padrão de comportamento, imposto pela sociedade patriarcal e exposto através da literatura da segunda metade do século XIX, desemboca em estigmas de gênero que perpassam as produções literárias e se apresenta como um problema real para as mulheres, tendo entre as diversas consequências a violência e o feminicídio.

É importante destacar ainda que, mais do que uma mera consequência de uma sociedade patriarcal historicamente estabelecida, essa característica particular do puritanismo se explica a partir da intencionalidade de uma política burguesa em estabelecer controle e poder, nesse caso, sobre o feminino, como propriedade e a serviço do homem.

Marx (1848) discute como a ideologia que rege uma sociedade será sempre a ideologia dominante; logo, é fácil explicar por que percepções surgidas no século XIX se perpetuam no tempo presente. A burguesia que surgiu a partir da segunda metade do século XIX se reformula para a contemporaneidade e permanece defendendo seus interesses a partir de influência política, cultural e ideológica. Os traços dessa ideologia burguesa podem ser percebidos em diversos âmbitos: na educação, na arte e nas produções literárias.

A literatura utilizada se prova como uma fonte documental de grande relevância, que revela os valores políticos e sociais ao expor a dupla conduta de comportamento nos espaços público e privado, visto que inegáveis semelhanças aconteciam fora da ficção. Atravessados pelos fenômenos sociais, é muito comum que diversos autores produzam autoficção<sup>11</sup>, colocando-se na história a partir de um personagem com características semelhantes ou de uma narrativa comum do seu cotidiano. Breno Accioly não escapou da autoficção e produziu diversos contos, distribuídos pelas sete obras, que trazem a figura do autor no narrador ou no personagem. Essa manobra é percebida pelo leitor ao constatar personagens com sua mesma formação acadêmica, com a mesma ocupação que seu pai ou avô e pelos espaços comuns aos três lugares de residência de Accioly. Esse gênero de escrita vai nos auxiliar, como dito anteriormente, na análise não apenas dos valores morais de quem narra, mas do padrão de pensamento dominante da sociedade que o circunda.

Através da realização da pesquisa, foi possível refletir acerca de como a instituição do casamento, que segue o padrão normativo dominante, é sustentada desde o século XIX a partir da relação de poder do masculino sobre o feminino. Dessa maneira, o fenômeno do adultério só tem força suficiente para ameaçar a estabilidade do casamento quando cometido de forma perversa pela mulher. Esse pensamento gera estigmas sociais e justifica violências que, embora com muita luta dos movimentos feministas, tanto da contemporaneidade quanto anteriores a ela, estão longe de chegar ao fim, visto que se trata de uma ideologia fincada de forma tão forte no imaginário popular que molda a estrutura social de modo duradouro e permanente.

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Breno. **Isabela**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2023.

---

<sup>11</sup> “A autoficção é um pacto ambíguo entre autobiografia e invenção literária, no qual o narrador, o autor e o protagonista compartilham o mesmo nome ou identidade, mas o relato é contaminado por elementos ficcionais” (Gasparini, 2024, p.49)

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940.

BOTOSO, Altamir. O romance do adultério: uma leitura de O primo Basílio, de Eça de Queirós. Fólio – **Revista de Letras**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/folio/article/view/3019>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DA LEGÍTIMA, DEFESA DA HONRA. QUEM “AMA” MATA, MAS O JÚRI ABSOLVE—A LUTA POR RECONHECIMENTO DO MOVIMENTO DE MULHERES “QUEM AMA NÃO MATA” EM FACE DA TESE. RESISTÊNCIAS E REIVINDICAÇÕES FEMININAS NA CULTURA JURÍDICA DO SÉCULO XX, p. 218, 2024.

DE MELO, Juan Rodrigues Alves. CASO ÂNGELA DINIZ: UMA VISÃO MIDIÁTICA DO CRIME. *Direito e Desigualdades*, 2025.

DIEGUES, Bruno. Breno Accioly: o gótico e o regionalismo no interior de Alagoas. Maceió Antiga, 2021. Disponível em: <https://maceioantiga.com>. Acesso em: 22 jul. 2025.

OLIVEIRA, Mara Conceição Vieira; LOPES, Monique Rodrigues. Adultério – de Luísa à Fabíola: um mal histórico. [S. l.: s. n.], [s. d.].

GASPARINI, Philippe. Autoficção é o nome de quê? In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org.). *Ensaio sobre a autoficção*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 48-69.

GONÇALVES, Vanessa Chiari. Violência contra a mulher: contribuições da vitimologia. *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016. Disponível em: [puhrs.br](http://puhrs.br). Acesso em: 18 abr. 2026.

GROSSI, Miriam Pillar. De Ângela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, p. 166-168, 1993.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

LEMO, Cândida Emília Borges; CASTRO, Sandra; DUARTE, Raphael. A tragédia da Pantera de Minas na narrativa do alternativo De Fato e da luta feminista. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 11., 2017, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ALCAR, 2017.

LANDRI, E. L.; GOMES, A. E. do C. Da infelicidade à infidelidade: o adultério feminino em Madame Bovary, de Gustave Flaubert. Porto das Letras, v. 8, ed. esp., p. 80-98, 2022.

Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/11418>. Acesso em: 12 ago. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDEIROS, Luciene Alcinda de. “Quem ama não mata”: a atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, 2011.

PINTO, Júlio Pimentel. Sobre literatura e história: como a ficção constrói a experiência. São Paulo: Editora Exemplo, 2024.

PRIORE, Mary del. História da gente brasileira: República – memórias (1889-1950). São Paulo: LeYa, 2019.

SOUZA, Anny Ribeiro. Bentinho é Capitu: a autotraição do narrador de Dom Casmurro. 2015. 91 f. Dissertação (Mestrado em Literaturas de Língua Inglesa; Literatura Brasileira; Literatura Portuguesa; Língua Portuguesa; Ling) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TAVARES, Marcus. Relacionamentos amorosos nas telenovelas: consumo e retrato da sociedade do século XXI. Comunicação & Educação, v. 16, n. 2, p. 53-66, 2011.